

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2002

1.ª FASE
2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

COTAÇÕES E CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

A INDICAÇÃO DO NÚMERO DE LINHAS/PALAVRAS VISA APENAS ORIENTAR O ALUNO RELATIVAMENTE AO GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA, PELO QUE NÃO SE PROPÕE QUALQUER PENALIZAÇÃO PARA O NÃO CUMPRIMENTO DESSA INDICAÇÃO.

GRUPO I

Questões 1. e 2.

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Rigor da análise do excerto apresentado	10 pontos
Coerência lógica da resposta	7 pontos
Utilização precisa da terminologia filosófica	4 pontos
Correcção da expressão escrita	4 pontos
TOTAL	25 pontos
TOTAL das Questões 1. e 2. (2 × 25) =	50 pontos

- A **inadequação** da resposta à questão formulada implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A **mera transcrição** de frases do texto implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.

Questão 3.

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Adequação dos conhecimentos mobilizados	35 pontos
Coerência lógica da resposta	15 pontos
Utilização precisa da terminologia filosófica	10 pontos
Correcção da expressão escrita	10 pontos
TOTAL da Questão 3. (1 × 70) =	70 pontos
TOTAL DO GRUPO I	120 pontos

- A **inadequação** da resposta à questão formulada implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Se a resposta **não manifestar** conhecimento da obra, a pontuação será de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/C/1

Tópicos de conteúdo:

DA NATUREZA, Parménides

1. Ilegitimidade do conhecimento sensível na constituição do saber verdadeiro (incapacidade dos sentidos).
Ilegitimidade de atribuição do mesmo valor ao ser e ao não-ser (dupla face dos mortais, consideração do devir, reversibilidade).
Ilegitimidade da linguagem que nomeia «duas formas» (referência à opinião como uma «ordem ilusória» de palavras).
2. Importância da razão na distinção entre o ser e o não-ser, bem como entre a verdade e a opinião. Necessidade de compreensão da refutação do não-ser e da refutação da identidade do ser com o não-ser (impossibilidade da sua demonstração).
A escolha racional como condição da recusa da via da opinião e da opção pela via da verdade (afastamento do espírito da senda da opinião).
3. A via da opinião como via do conhecimento sensível, cujo afastamento é condição da opção pela via da verdade/realidade do ser.
Oposição do ser («o que se pode dizer e pensar») ao não-ser («o que nada é»), correspondentes aos únicos caminhos pensáveis. Negação do caminho do não-ser.
Afastamento de uma terceira via, a da opinião: por situar a «investigação» no plano do sensível, é incapaz de conduzir à verdade ou realidade do ser.
Refutação da opinião, com base na demonstração da ambiguidade do conhecimento sensível (indistinção entre ser e não-ser, confusão do seu valor na obtenção do saber; reversibilidade; nomeação de duas formas); referência aos objectos da opinião como discurso ilusório.
As «duas faces» do humano: sensível (incapacidade dos sentidos, «cegos e surdos») e racional (incapacidade de uma mente dependente do sensível, «errante», «sem discernimento»).
Possibilidade de recuperação, num discurso plausível, do conhecimento obtido por meio dos sentidos (a ordem cósmica), à luz da exigência da via da verdade.

GÓRGIAS, Platão

1. A arte política, como qualquer arte (dos arquitectos, dos construtores navais, dos médicos, etc.), exige que aquele que a pratica proceda sempre «com vista ao maior bem», procurando tornar melhores os cidadãos e procure dizer o melhor e não o agradável. O verdadeiro político sabe qual a finalidade da sua acção (como sabe o «homem virtuoso», o artista), procurando agir com uma certa ordem (racionalmente), a fim de que «as partes» (os cidadãos) se harmonizem com o todo (isto é, que nas suas almas reine a harmonia, e todos se empenhem no bem comum ou «interesse público»).
2. Quanto aos políticos de Atenas, os actuais e os anteriores, Sócrates considera que não praticam a arte política, mas apenas a adulação (eloquência política), visando com ela agradar ao povo, satisfazer os interesses próprios e os dos outros, e não aqueles desejos que tornam melhores os cidadãos.
3. O excerto apresentado insere-se na parte final da obra, no diálogo com Cálicles. Sócrates procura refutar a tese de Cálicles que afirma que a vida política é a mais digna de ser vivida. Com a análise da situação política e dos políticos de Atenas, Sócrates mostra não só que a verdadeira arte política nunca foi praticada, como também mostra que o povo de Atenas não melhorou com a retórica. Estão criadas as condições para afirmar uma filosofia política como uma ética, que tem

como pressuposto principal a ideia de que toda a acção deve ser praticada com vista ao bem, sendo o bem a finalidade última do agir.

As teses de Sócrates impõem-se por via da refutação sistemática do hedonismo de Cálicles (e das teses dos seus interlocutores): se o prazer não pode ser o objectivo do agir, e se a retórica é uma actividade empírica (uma adulação e um simulacro de uma parte da verdadeira arte política, a justiça), destinada a produzir agrado e prazer, então ela é inútil para promover o bem. Além disso, se a retórica desconhece o seu objecto, a justiça, e se só aquele que sabe o que é a justiça pode ser justo, então a prática da retórica de nada serve para promover a justiça, tornar melhores (mais justos) os cidadãos. Por conseguinte, a retórica não pode ser considerada uma arte, muito menos uma arte política.

A verdadeira arte política tem de ser baseada no saber da justiça e do bem. Quem a pratica deve saber, em primeiro lugar, governar-se a si próprio, para depois governar os outros, tendo como finalidade o bem individual e o bem comum. Só a filosofia, enquanto filosofia política e ética, reúne as condições de uma arte política («Creio ser dos poucos atenienses, para não dizer o único, que cultivam a verdadeira arte política», diz Sócrates).

FÉDON, Platão

1. As «coisas iguais» como «realidades sensoriais», captáveis através dos sentidos («truncos iguais», objectos iguais). Plano inferior de existência.
O «Iguar em si» como realidade inteligível do Igual (forma do Igual), «ponto de referência» que permite tomar por iguais as coisas sensíveis. Plano superior de existência.
2. Os sentidos possibilitam a percepção das coisas iguais (sensíveis).
Conduzem à recuperação do Igual em si (forma), permitindo tomá-lo como «ponto de referência» da igualdade das coisas iguais (sensíveis).
Necessidade de supor a anterioridade do inteligível (Iguar em si) relativamente ao sensível.
A reminiscência ocorre como referência do sensível ao inteligível: o inteligível é recuperado porque a captação sensível de um objecto «transporta» à respectiva forma.
3. O texto integra-se no argumento da reminiscência, apresentando a relação entre os planos do sensível e do inteligível quanto ao problema do conhecimento: a reminiscência como recuperação do conhecimento das formas por intermédio dos sentidos.
Ao supor a anterioridade do contacto da alma com as formas relativamente à percepção sensível das instâncias, a reminiscência é apresentada como um dos argumentos da existência da alma anterior ao nascimento.
A descrição da intervenção dos sentidos na reminiscência permite, porém, estabelecer a superioridade do inteligível, necessária à compreensão de alguns problemas da obra, situados nos planos ontológico (as formas como causas das instâncias sensíveis, a participação), gnosiológico (as formas como objectos do conhecimento) e ético (o conhecimento das formas como finalidade da vida, a importância da forma do Bem).

CATEGORIAS, Aristóteles

1. A substância primeira não está em nenhum sujeito nem é dita de nenhum sujeito, pois é ela própria o sujeito de toda a predicação.
É a substância propriamente dita, o ente concreto e individual: este homem, um certo homem, por exemplo, Sócrates.

V.S.F.F.

114/C/3

2. 1.º A substância segunda não é parte do sujeito (de que pode ser predicada); logo, não está num sujeito.
2.º As coisas que estão num sujeito não admitem que o nome e a sua definição sejam predicados desse sujeito. A substância segunda admite que tanto o nome como a definição sejam predicados de um sujeito. Logo, a substância segunda não está num sujeito.
3. Importância do extracto na compreensão (1) do primado da substância em sentido primeiro (próprio) sobre a substância em sentido segundo (derivado), e (2) do primado da categoria da substância sobre as restantes categorias.
 - (1) As substâncias primeiras como entes individuais que suportam toda a predicação, sendo substrato real de predicados e ocorrendo nas proposições como sujeitos de predicação. As substâncias segundas como conceitos (género e espécie) predicados das substâncias primeiras segundo a categoria da substância.
 - (2) A substância como a mais importante das categorias: os conceitos dados pelo género e pela espécie correspondem ao que pode ser dito dos indivíduos para determinar o *que eles são*, compreendendo os predicados essenciais. Deste modo, possibilitam o conhecimento universal. Todas as restantes categorias (qualidade, quantidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, acção ou actividade, paixão ou passividade) são modos de predicação de qualidades acidentais.

PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, R. Descartes

1. Apercebemo-nos das qualidades do nosso pensamento; o nada não tem qualidades ou afecções; às qualidades que percebemos (conhecemos) tem de corresponder uma substância; por conseguinte, tem de existir uma substância pensante que corresponda ao pensamento.
Conhecemos tanto melhor uma coisa quanto mais qualidades nela notamos; conhecemos melhor as qualidades do pensamento que as do corpo; logo, o pensamento é conhecido com mais clareza do que o corpo.
Tudo aquilo que percepciono (conheço) conduz, antes de mais, à certeza do meu pensamento (da minha existência enquanto pensamento).
2. Posso pensar que sinto, podendo o objecto da percepção não existir; mas existe sempre o pensamento. A certeza da existência é também a certeza da existência da faculdade de sentir, que é indevidamente atribuída ao corpo, sendo uma faculdade do pensamento.
3. Necessidade de «filosofar com ordem» como método para atingir a certeza: deve duvidar-se daquilo que não se apresenta clara e distintamente ao pensamento (regra da evidência).
A primeira verdade: *penso, logo existo*; a certeza da minha existência enquanto pensamento (substância pensante). As qualidades atribuídas ao corpo (extensão, movimento, etc.) não pertencem à natureza da substância pensante.
Definição de pensamento: «todas aquelas coisas que ocorrem em nós quando estamos conscientes, na medida em que há em nós consciência delas» – entender, imaginar, querer e sentir.
O corpo e o mundo como coisas sobre cuja existência não se pode ter a certeza, como é comprovado pelo exercício da dúvida metódica.
Distinção entre substância pensante e substância extensa: desta distinção evidente resulta a possibilidade do conhecimento verdadeiro e do juízo correcto. Da sua não distinção resulta o erro, que, em última análise, consiste no assentimento da vontade a conhecimentos que não foram percebidos clara e distintamente pelo entendimento.
Deus como garante da verdade das ideias claras e distintas (que incluem as ideias sobre o corpo e o mundo: extensão e movimento).

CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, J. Locke

1. A existência de diversas opiniões em matéria de religião, diversidade que não pode ser evitada, não é causa das guerras.
A sua origem reside na recusa da tolerância, a qual deriva, em última análise, da subordinação da religião aos interesses particulares dos magistrados e dos chefes religiosos.
2. O Evangelho não ordena que os não cristãos sejam excluídos do Estado cristão; aos não cristãos é permitida uma vida civil e, por isso, exige-se também a tolerância pelas suas práticas religiosas; por conseguinte, deve ser dado aos cristãos de facções diferentes o mesmo direito de culto.
A religião cristã é «a mais poderosa e mais pacífica de todas as religiões que existiram»; logo, a violência não tem origem nas diversas facções da religião cristã.
3. Refutação sistemática dos argumentos possíveis contra a tolerância religiosa, nomeadamente daquele que, como se mostra no texto, atribui a violência (guerras religiosas) à existência de diversas facções religiosas.
Necessidade de uma lei da tolerância, para que não se favoreça uma única religião (a do magistrado), para que seja possível acabar com a violência, e para que, ao mesmo tempo, pelas excepções a essa lei, exista um limite a práticas imorais (como o ateísmo, por exemplo).
A tolerância pelas e entre as várias igrejas como condição de livre escolha do melhor caminho para a salvação da alma, a qual, em primeiro lugar, depende da sinceridade da fé e da convicção individual.
A separação entre Estado e Igreja como condição fundamental da tolerância:
 - por ser a única maneira de evitar a imoralidade, isto é, a sobreposição da ambição pelo poder à vida espiritual;
 - como limitação do poder do Estado ao plano civil e da Igreja ao plano espiritual;
 - como garantia da liberdade individual, fundamento quer da sociedade civil, quer da sociedade religiosa.

DISCURSO DE METAFÍSICA, G. W. Leibniz

1. Há uma causa (razão suficiente) para a existência deste mundo e não de outro possível.
A razão suficiente desta existência, entre outros mundos possíveis, é a vontade de Deus, que escolhe o melhor, porque procura a máxima perfeição possível.
Nesta medida, o mundo existente é o melhor dos possíveis.
2. Cada substância singular exprime todo o universo (constituído por todas as outras substâncias, incluindo Deus).
As substâncias físicas exprimem melhor o mundo (as outras substâncias físicas) do que exprimem a substância de Deus.
As substâncias espirituais exprimem melhor Deus do que o mundo, porque a sua capacidade de conhecer imita a natureza divina. Para além de exprimirem o mundo, conhecem e agem com conhecimento. São as mais perfeitas das substâncias criadas, as mais próximas de Deus. A sua perfeição é atingida no mundo moral, enquanto felicidade.
3. Importância dos princípios de razão suficiente e do melhor na compreensão da harmonia da criação e da relação de Deus com as substâncias criadas.
A relação entre Deus e as substâncias criadas determina a capacidade de acesso do homem ao mundo moral (cidade de Deus, república dos espíritos). A proximidade de Deus determina o grau de perfeição das substâncias criadas.
Compreensão finalista da harmonia universal: a acção humana como finalidade do conhecimento; a felicidade como finalidade da acção moral; o «mundo moral» como finalidade da existência criada e mantida por Deus; a existência humana como mediação entre o mundo físico e o mundo moral.

V.S.F.F.

114/C/5

FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, I. Kant

1. «Objecto de inclinação» como objecto da vontade enquanto efeito esperado da acção; móbil da acção. «Objecto de respeito» como o princípio que determina a vontade, aquilo que se liga à sua actividade própria (racional), ou seja, a representação da lei em si mesma.
2. Uma acção tem valor moral quando o querer ou a vontade que a determina se funda na representação da lei em si mesma. Se os efeitos de uma acção podem ser obtidos por uma vontade não racional, somente uma vontade racional pode realizar acções em conformidade com a lei moral («lei universal das acções em geral»), tendo como seu princípio a «representação da lei em si mesma», e que se traduz no imperativo formulado no texto.
3. Procura-se, por meio da filosofia, o princípio supremo da moralidade, que é, em última análise, a autonomia da vontade («aquela propriedade da vontade graças à qual ela é para si mesma a sua lei»). No entanto, antes de se passar à fundamentação racional da autonomia na liberdade da vontade, mostra-se que as principais noções morais pertencem, como se diz no texto, «à comum razão humana nos seus juízos práticos».

O texto trata da consciência do dever, enquanto «necessidade de uma acção por respeito à lei», como aquilo que todo o ser racional (enquanto ser igualmente sensível) tem «diante dos olhos» nas suas acções. O dever apresenta-se como determinante da vontade boa (mas não da vontade santa ou da vontade pura), como condição de ultrapassar as inclinações sensíveis e os motivos empíricos do agir; traduz-se num imperativo, isto é, na fórmula de um mandamento ou representação de um princípio objectivo para uma vontade, a qual, enquanto se sabe pertencente ao mundo sensível, não pode deixar de entender esse princípio como uma obrigação para o seu querer subjectivo.

No entanto, o dever não se impõe do exterior ao ser humano. A consciência do dever (enquanto consideração da necessidade de uma acção por respeito à lei) é a consciência da submissão da vontade a uma lei de que ela própria se considera, ao mesmo tempo, criadora (devemos agir sempre segundo uma máxima tal que possamos querer que se torne lei universal): nisso reside a autonomia da vontade, princípio supremo da moralidade.

GRUPO II

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Plano prévio – estrutura e adequação	8 pontos
Seleccção correcta dos conhecimentos para desenvolver o tema escolhido	20 pontos
Apropriação pessoal dos conhecimentos e apreciação do modo como o tema foi tratado pelo autor, na obra	10 pontos
Coerência lógica da resposta	20 pontos
Utilização precisa da terminologia filosófica	10 pontos
Correcção da expressão escrita	12 pontos
TOTAL	(1 × 80) = 80 pontos
TOTAL DO GRUPO II	80 pontos

- Se o aluno não identificar a obra e não **resultar óbvio** do seu texto a que obra se está a referir, ou se escolher um par obra-tema diferente dos indicados, a pontuação será de 0 (zero) pontos.
- A **inadequação da resposta** à questão implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.

Dado o objectivo deste grupo, serão de aceitar respostas diversificadas, desde que se reportem a **um dos pares obra-tema indicados na prova** e revelem uma selecção adequada dos conhecimentos da obra e um posicionamento crítico.

V.S.F.F.

114/C/7

Tópicos de conteúdo:

O MESTRE, Santo Agostinho

TEMA: A eficácia do ensino

Ensinar é o objectivo próprio da fala («é evidente que quando falamos queremos ensinar»).

As palavras são sinais de coisas e não mostram as próprias coisas (a palavra não é ostensiva); para se conhecerem as palavras como sinais é necessário o conhecimento prévio das realidades («Conhecidas as coisas, alcança-se também o conhecimento das palavras, mas ouvidas as palavras nem as palavras se aprendem»).

Por conseguinte, a palavra – ou o discurso – não ensina, isto é, não mostra nem apresenta a realidade.

A função do ensino por palavras consiste em incitar a aprender, a buscar as coisas e a procurar a verdade daquilo que é dito («aprendi que o homem, incitado pelas palavras, não é mais que incitado a aprender»); neste sentido, mesmo aquele que não sabe pode ensinar com verdade, desde que o ouvinte (discípulo) saiba encontrar a verdade do seu discurso («aqueles que são chamados discípulos consideram consigo mesmos se disseram coisas verdadeiras...»). A condição de se aceder à verdade reside na consulta ao Mestre interior («...e fazem-no contemplando, na medida das próprias forças, aquela Verdade interior»).

O Mestre interior, à semelhança do Criador, ensina por ostensão: Deus e a Natureza «expõem e mostram» todas as coisas visíveis a quem as contempla; o Mestre interior (Cristo) mostra a verdade na interioridade.

A eficácia do ensino depende da capacidade de a vontade receber a verdade que «preside interiormente à nossa mente»: o erro deriva de uma vontade má, não sendo um defeito da Verdade consultada, «do mesmo modo que não é por defeito desta luz exterior que os olhos corporais por vezes se enganam».

PROSLOGION, Santo Anselmo

TEMA: Limites da inteligência humana

Reconhecimento da incapacidade humana de uma inteligência completa da essência de Deus.

Causas da limitação da inteligência humana de Deus: condição de criatura, menor do que a do Criador; relatividade do conhecimento humano (o homem «vê» apenas de algum modo); perda humana do conhecimento de Deus, decorrente do pecado original.

Necessidade de aceitação da noção de Deus – alguma coisa maior do que a qual nada se pode pensar – como ponto de partida para a compreensão da existência e da essência de Deus, dentro dos limites da inteligência humana. A condição do «insipiente» como o homem que, não podendo intelecconar Deus, nega a sua existência.

A limitação da inteligência está subjacente à própria noção de Deus como alguma coisa maior do que a qual nada se pode pensar: o homem não pode pensar nada maior; mas Deus, na *realidade* da sua existência e da sua essência, é necessariamente maior do que se pode pensar (é sempre mais e maior do que o que pode ser intelecconado por uma criatura – a existência na realidade é maior do que a existência no pensamento *humano*).

A inteligência humana atinge apenas modos de ser relativos e parciais; Deus é absoluto e perfeito. Distinção entre a compreensão «para nós» e a compreensão «para Deus» (o homem intelecconar Deus como, por exemplo, misericordioso – ponto de vista humano – mas Deus não é, em si mesmo, misericordioso, porque é impassível, não sofrendo quaisquer afecções – é apenas justo de acordo consigo mesmo, segundo a sua vontade superior de punir e recompensar).

Recurso à teologia negativa: o homem pode compreender o que Deus não é (não pode ser menor do que é pensado, não pode não existir); o que Deus é em si mesmo está sempre além das

capacidades humanas de inteligência. Deus é tudo o que é melhor ser (na realidade) do que não ser (segundo as determinações negativas compreendidas pelo homem).

A inteligência da essência de Deus na sua perfeição absoluta seria uma contemplação inacessível ao homem na sua existência temporal. O homem possui o desejo de intelccionar Deus, guiado pela fé («creio para intelccionar») e pela esperança. A plenitude da inteligência de Deus pode ser aproximada na vida temporal, guiada pela esperança da sua realidade na vida eterna.

O SER E A ESSÊNCIA, S. Tomás de Aquino

TEMA: Essência e existência das substâncias

Hierarquização da existência segundo grau de perfeição: a essência encontra-se de modo próprio nas substâncias e de modo relativo nos acidentes; as substâncias podem ser corporais ou espirituais; a essência encontra-se nas substâncias espirituais com maior actualidade e menor (ou nenhuma) potencialidade do que nas corporais, donde decorre a sua maior perfeição.

O grau de perfeição depende do modo como a essência se encontra na existência das substâncias, a que correspondem graus de maior ou menor actualidade (existência em acto, completa e perfeita), inversamente proporcionais a graus de potencialidade (existência em potência, incompleta e imperfeita).

Distinção de três modalidades de existência das substâncias, segundo a relação entre essência e existência, e ordenadas segundo o seu grau de perfeição.

Primeira modalidade: Deus, ser cuja essência (ou quiddidade) é a própria existência. A sua existência é subsistente e infinita, pelo que não é potencial relativamente a outro ser de que pudesse ter recebido a existência. É acto puro e, como tal, perfeito.

Segunda modalidade: seres intelectivos criados (anjos ou superespíritos e almas humanas). A sua existência, independente da matéria, é diversa da sua essência. Por ser recebida (existência recebida de Deus), contém potencialidade e alguma limitação. No âmbito desta modalidade existe ordem e gradação, cabendo o grau inferior à alma humana, mais próxima da matéria.

Terceira modalidade: seres compostos de matéria e dínase ou forma (substâncias físicas). A sua existência é diversa da sua essência, a qual é recebida na matéria concretizada (designada). Corresponde ao grau de menor perfeição. No âmbito desta modalidade, existe igualmente ordem e gradação, cabendo o grau superior ao homem composto de matéria e dínase (susceptível de existência separada), e o grau inferior aos elementos.

REDUÇÃO DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA, S. Boaventura

TEMA: Finalidade do conhecimento

As ciências (luzes ou iluminações) como reflexos (manifestações) da luz superior (luz da graça e da Sagrada Escritura), emanada de Deus e interiormente descoberta pelo homem. As verdades visadas por cada saber como manifestações da verdade do Verbo divino. A teologia como ciência que ilumina em vista da verdade do Verbo divino. Os conhecimentos sensitivo (luz inferior), filosófico (luz interior) e da arte mecânica (luz exterior), não obstante visarem verdades específicas, devem todos, do mesmo modo, visar o conhecimento da verdade expressa na Sagrada Escritura (luz superior).

Deus como princípio e finalidade da existência. A contemplação de Deus como finalidade de toda a actividade intelectual do homem: o conhecimento dos entes criados deve visar o Criador, cujas ideias são causas exemplares e originais de toda a existência. O conhecimento humano como forma de recondução de toda a existência ao seu princípio.

A teologia como unificação superior e finalidade dos saberes: se as diferentes iluminações podem ser reconduzidas à teologia, a finalidade dos diversos saberes deve ser a recondução do conhecimento à iluminação superior de que emanaram (anagogia), como forma de recondução do

V.S.F.F.

114/C/9

homem a Deus. Ao servirem a teologia, as diversas ciências servem não apenas a finalidade do conhecimento, mas a própria finalidade da existência humana (retorno a Deus). Vanidade do conhecimento insusceptível de implementar esta finalidade.

Necessidade de mediação entre o conhecimento e a sua finalidade. O conhecimento humano como mediação entre os objectos do conhecimento e Deus. Cristo como mediador entre o homem e Deus, condição de possibilidade da correspondência da inteligência humana à inteligência de Deus, ou da recondução do conhecimento humano ao seu princípio e à sua finalidade.

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel

TEMA: Liberdade do pensar e origem da filosofia

A liberdade como natureza humana: o homem é homem ao pensar; a sua natureza é ser livre; o seu em-si efectiva-se como consciência da liberdade, torna-se para-si real e concreto. Todos os homens são racionais e livres, mas, para existirem como livres, têm de saber que são livres. A consciência actualiza e realiza a liberdade que, de outro modo, é meramente formal e abstracta. O homem é livre pela consciência; a liberdade supera a alienação na autonomia do vir-a-si da consciência.

A liberdade do pensar como condição do começo histórico da filosofia. A filosofia tem na sua base a liberdade efectiva do sujeito – liberdade política e liberdade individual. Começa quando o espírito do povo se desembaraça da necessidade exterior (natural) e se volta para si como autoconsciência, como consciência da necessidade do espírito enquanto autodeterminação e liberdade. O ser do povo tem de se saber como livre.

A consciência da liberdade surge pela primeira vez na filosofia grega (greco-romana). Os cidadãos sabem-se politicamente livres, mas a liberdade não é ainda pensada como independente do nascimento (da situação política, do direito e do Estado). Na origem da liberdade política está necessariamente a consciência que o indivíduo tem de si (a sua essência abstracta), mas esta consciência tem de tornar-se liberdade para-si, real e universal. Como a liberdade grega é ainda determinada, a filosofia tem início na Grécia antiga, mas a filosofia grega não permite ainda conhecer a liberdade como natureza humana (como autoconsciência do espírito).

O conhecimento de que o homem é por natureza livre é próprio do espírito moderno, designadamente do espírito germânico.

TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX,

Antero de Quental

TEMA: Estatuto da filosofia científica da natureza

A filosofia científica da natureza como sintoma da crise do pensamento contemporâneo: desvio das relações desejáveis entre a filosofia (especulativa) e a ciência (positiva). Estas relações são idealmente de intersecção e complementaridade. A filosofia pode influenciar a ciência no âmbito da formulação de hipóteses, tal como pode interpretar superiormente a significação do quadro científico do universo; mas só a ciência pode determinar as suas próprias ideias no mundo dos fenómenos. A ideia «filosófico-científica» de evolução como exemplo da intersecção entre a filosofia e a ciência.

Não obstante o descrédito do apriorismo na segunda metade do século XIX, as tentativas de construir uma metafísica exclusivamente a partir da experiência e dos factos, ou de imprimir à especulação um carácter positivo, originam o nascimento de uma filosofia da natureza diversa da dos metafísicos. A filosofia passa de metafísica a científica, de transcendental a realista.

Realismo da filosofia científica da natureza. A filosofia científica da natureza atende às qualidades primeiras (quantificáveis e redutíveis ao rigor matemático) em prejuízo das segundas (subjectivas).

Heranças da ciência a partir da qual nasce a filosofia científica da natureza: o mecanicismo (redução dos factos ao movimento), o determinismo (causalidade mecânica dos movimentos, segundo

leis que prescindem da providência e da espontaneidade) e o evolucionismo (o desenvolvimento do complexo como mera acumulação do simples).

Sensualismo desta perspectiva: a sensibilidade como «região obscura» onde assentam todas as explicações da natureza.

A filosofia científica da natureza como perspectiva fatalista do universo, alimento do pessimismo do século XIX.

Necessidade de recurso ao novo espiritualismo e às respectivas explicações à luz da consciência.

A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche

TEMA: Limites do «optimismo teórico» e renascimento do trágico

O optimismo teórico como resultado de um dos níveis de ilusão criados pela vontade de viver. Contrapõe-se ao «pessimismo trágico», o qual supera, pela arte, o sofrimento e atinge a genuína «serenidade».

A tragédia como união de dois impulsos contrários, apolíneo e dionisíaco, e indissociavelmente ligada ao mito e à música. O optimismo teórico recusa o mito e afasta a música, no que ela tem de essencial, dando origem ao desenraizamento e à decadência da cultura.

Origem do optimismo teórico no período da morte (decadência) da tragédia grega, com Sócrates, na filosofia, e Eurípidés, na tragédia. É característico da cultura moderna, que tem como ideal o «homem teórico», cujo valor supremo é o conhecimento. A forma de ilusão criada pelo optimismo teórico consiste na crença na possibilidade de penetrar nos mistérios do ser pelo pensamento e respectivos princípios, e, além disso, na possibilidade de «corrigir» o mundo. Justificação da existência pela sua inteligibilidade. A vida como digna de ser conhecida.

Vitória sobre o optimismo teórico na cultura alemã (Kant e Schopenhauer) pela constatação dos limites do conhecimento. Conhecemos apenas os fenómenos, e o mundo é representação. A constatação dos limites da razão, ou do conhecimento, como condição de possibilidade do renascimento do trágico na arte.

DA CERTEZA, L. Wittgenstein

TEMA: Jogo de linguagem e significação

Os jogos de linguagem correspondem a estruturas reguladoras dos usos intencionais da linguagem. Possuem regras não explícitas, adquiridas na prática, decorrentes da imagem do mundo formada no processo de socialização. São determinados por sistemas de crenças, assentando em certezas que não carecem de fundamentação ou justificação. São como formas de vida, sujeitos a mudanças.

Ordenar, obedecer, duvidar e verificar são exemplos de jogos de linguagem.

Os modos de uso dos signos nos diferentes jogos determinam cada linguagem particular: o conteúdo semântico varia em função do uso intencional da linguagem (dimensão pragmática). O significado de um signo é função do seu uso num jogo de linguagem. Aprender o significado de uma palavra é aprender a usá-la. Usar uma palavra é aprender um jogo de linguagem que supõe um fundo de certeza próprio da nossa imagem do mundo.

O próprio valor de verdade de uma proposição empírica não é necessariamente determinado pela sua concordância com os factos empiricamente dados, dependendo antes de uma significação decorrente dos jogos de linguagem em que a sua formulação ocorre.

V.S.F.F.

114/C/11

ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty

TEMA: O filósofo e o Absoluto

Absoluto como sinónimo de Verdade. Recusa da existência de um «lugar» de verdade independente do acontecer histórico, quer na religião, quer na política, quer numa certa concepção de história. Também o sujeito (filósofo) que pensa não é «lugar» de verdade («o filósofo encontra não o abismo do eu ou do saber absoluto, mas a imagem renovada do mundo»).

O filósofo pretende descobrir a verdade no mundo da existência histórica e social (coexistência), «com os outros» e não «acima» e para além do mundo. Recusa, tal como Sócrates, a «imagem imobilizada» do Absoluto, isto é, recusa as alternativas dogmáticas que se lhe apresentam («A filosofia está no seio da história: não é nunca independente do transcurso histórico»).

Crítica à filosofia «académica», de «escola», enquanto defesa de uma determinada corrente de pensamento desligada da vida efectiva dos homens.

Compete ao filósofo tornar visíveis os paradoxos da existência, bem como os laços que nos ligam ao mundo («O filósofo é o homem que desperta e fala, e o homem contém em silêncio os paradoxos da filosofia»).

OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell

TEMA: Natureza do conhecimento *a priori*

Todo o conhecimento tem na sua base um conhecimento de intimidade.

O conhecimento de intimidade ou de trato não se limita aos dados sensíveis: temos conhecimento de intimidade também das ideias gerais (universais ou conceitos).

Para se inferir a partir do conhecimento de trato é necessário ter conhecimento dos universais.

Temos dos universais um conhecimento de intimidade e um conhecimento por descrição (o qual se reduz, em última instância, ao primeiro).

O conhecimento *a priori* é um tipo de conhecimento insusceptível de ser provado ou refutado na experiência, mas que se aplica aos casos particulares da experiência.

Este tipo de conhecimento não nos dá a existência das coisas (todo o conhecimento de que algo existe é dado unicamente pela experiência).

Também não é relativo a coisas mentais ou não mentais, mas a relações entre coisas que podem existir, ou não.

O verdadeiro conhecimento *a priori* diz respeito a relações entre universais.

PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA, Joaquim de Carvalho

TEMA: Consciência teorética e consciência saudosa

Oposição da consciência saudosa à consciência teorética. Possuem correlatos intencionais diferentes, constituindo diversamente os respectivos conteúdos significativos.

A consciência teorética é impessoal e universal («de todos e para todos»), subordinando a racionalidade lógica às condições objectivas ou de razão suficiente que lhe são presentes. Assume uma dimensão dubitativa e exprime-se por juízos existenciais. Visa o saber (a partir da captação sensível da realidade extramental ou da emanação de existências ideais), tendo a verdade por preocupação fundamental, de tal modo que o conhecimento que constrói pode constituir-se como científico. Duvidar, assentir e demonstrar são exemplos de actos da consciência teorética.

A consciência saudosa, ao assumir uma posição intimista, «ensimesmada» e contemplativa, não possui objectivos científicos e exclui o problema da verdade do seu âmbito. Constitui-se em actos de vida emocional, é subjectiva e polarizada em torno do «eu» pessoal (como manifestação vivencial de uma existência concreta). O seu correlato intencional não é o actualmente vivido, é sempre uma

existência anteriormente vivida e ausente, valorativamente representada e desejada (temporalidade retrotensa). Renúncia e desvalorização do presente, desejo do vivido e tristeza são exemplos de actos da consciência saudosa.

SOBRE A ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger

TEMA: A verdade como correcção

A pergunta pela essência da verdade olha para aquilo que caracteriza a verdade como tal.

Mesmo o senso comum (bom senso humano), ao querer a verdade efectiva, pressupõe o saber sobre a essência da verdade.

Análise do conceito vulgar de verdade: tanto nas coisas, como nos enunciados, a verdade é entendida como adequação (da coisa com o conhecimento, do conhecimento com a coisa) ou como correcção.

A análise da concordância do enunciado com a coisa conduz à análise da referência: o enunciado refere-se à coisa na medida em que a representa; representar é deixar que a coisa se oponha (como objecto), isto é, deixar que ela surja perante nós numa relação que é abertura: a referência é a presença do ente à abertura do comportamento, de onde o enunciado retira a sua correcção.

O fundamento da «possibilização» da correcção é a liberdade: «a essência da verdade, entendida como correcção, é liberdade».

No entanto, em última análise, a consideração da essência da liberdade, como «deixar-ser o ente», conduz à noção grega de *alêtheia* (não-velamento), que permite pensar o conceito habitual de verdade como correcção no sentido de um desocultamento (desvelamento).

TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur

TEMA: Discurso e mundo

O discurso como obra da linguagem, pela qual o homem dá sentido à sua existência no mundo.

Condições de possibilidade de uma teoria do discurso: ultrapassar as abordagens que consideram a linguagem como um mundo próprio, a fala como acontecimento evanescente e o texto como entidade absoluta. Pela análise da dialéctica de evento e significação, mostra-se que a língua, enquanto sistema, se actualiza na fala, como acontecimento, e que a significação constitui o elemento que se pode identificar e reconhecer como o mesmo. A significação é também dialéctica: sentido e referência. O que se diz, o sentido do que se diz, é sempre sobre alguma coisa. O discurso é sempre de alguém, para alguém, sobre alguma coisa.

As dialécticas enunciadas não desaparecem com o texto escrito. Mas, ao fixar-se o sentido, pela inscrição, perde-se a situação original do locutor, agora tornado autor. O texto ganha autonomia semântica e o ouvinte, agora tornado leitor, pode ser qualquer pessoa em qualquer tempo (universalização do auditório). Crítica à tentativa da hermenêutica romântica de recuperar a intenção do autor e a situação originária do leitor (as condições históricas).

O discurso escrito abre um mundo, o mundo do texto, que é o conjunto de referências abertas pelos textos. Falar de mundo equivale a dizer que se ultrapassa a situação concreta de cada um («A carreira do texto subtrai-se ao horizonte finito vivido pelo seu autor»), possibilitando uma nova compreensão de si mesmo e de um mundo que não se limita ao «aqui» e «agora».